



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo: 08010614420198150181

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FELIPE CONSTANTINO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DA CONTADORIA.

Conforme se analisa dos autos, com o trânsito em julgado da condenação imposta à ré, esta providenciou espontaneamente a liquidação do julgado, nos termos do art. 526, *caput*, CPC, apresentando memória de cálculo na qual evidencia que seguiu minuciosamente os termos das decisões proferidas no processo, a se destacar a Sentença e o esclarecedor e preciso Acórdão, este retificando aquela no ponto crucial que ensejou a presente impugnação pela sua inobservância por parte da contadoria judicial, senão vejamos:

ACÓRDÃO (Parte dispositiva)


“Feitas tais considerações, com base no art. 932, V, a, do CPC, DOU PROVIMENTO AO APELO apenas para determinar que o IPCA-E incida desde a data do evento danoso até a citação, momento em que incidirá a taxa SELIC **isoladamente**, mantendo a sentença nos demais pontos.” (grifado)

Diante da exímia didática da decisão colegiada, merece ainda transcrever parte da decisão que, sucintamente, esclarece a dinâmica quando do uso da Taxa SELIC:

“Na linha de entendimento dos Tribunais Superiores, a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – **SELIC não pode ser cumulada com quaisquer índices de juros e correção monetária**, tendo em vista a inclusão destes na composição da taxa básica de juros da economia, sob pena de *bis in idem*.” (grifado)

Ocorre que, é de fácil percepção o equívoco cometido em dois momentos por parte da contadoria judicial quando da elaboração dos cálculos.

A um, faz incidir valor referente a juros, no mesmo período, em 02 momentos do cálculo:

<div>  <div> <p>Anexo I</p> <p>CONDENACÃO PELO IPCA-E ATÉ A CITAÇÃO</p> </div> </div>			
Correção Monetária			
Valores atualizados até 20/05/2019			
Indexador utilizado: IPCA-E (IBGE)			
CONDENACÃO PELO IPCA-E ATÉ A CITAÇÃO			
08/09/2018	R\$ 4.725,00 x 1,026268259		R\$ 4.849,12
	Juros moratórios [de 20/05/2019 a 20/05/2019 utilizando Selic] = 0,54000%		R\$ 26,19
	Subtotal		R\$ 4.875,30
Resumo			
	Valores	Custas	Total
Valores atualizados	4.849,12	0,00	4.849,12
Juros Moratórios	26,19	0,00	26,19
TOTAL	4.875,30	0,00	4.875,30

<div> <p>Anexo II</p> <p>CONDENACÃO PELA SELIC A PARTIR DA CITAÇÃO</p> </div>			
Correção Monetária			
Valores atualizados até 21/12/2021			
Indexador utilizado: Selic (cálculo simples)			
CONDENACÃO PELA SELIC A PARTIR DA CITAÇÃO			
20/05/2019	R\$ 4.875,30 x 10,8400%		R\$ 5.403,78
	Juros moratórios [de 20/05/2019 a 21/12/2021 utilizando Selic] = 10,84000%		R\$ 585,77
	Honorários (10,00%)		R\$ 598,96
	Subtotal		R\$ 6.588,51
DEPOSITO EFETUAD EM 21/12/2021			
21/12/2021	R\$ -5.894,15 x 0,00000%		R\$ -5.894,15
	Juros moratórios [] = 0,00000%		R\$ 0,00
	Honorários (10,00%)		R\$ 0,00
Resumo			
	Valores	Custas	Total
Valores atualizados	-490,37	0,00	-490,37
Juros Moratórios	585,77	0,00	585,77
Honorários	598,96	0,00	598,96
TOTAL	694,36	0,00	694,36

Este primeiro erro se destaca em dois pontos. Inicialmente, faz crer que a taxa referencial aplicada teve um câmbio de 0,54000% NO MESMO DIA (20/05/2019 para 20/05/2019, ou seja, é dizer que, mantida tal inflação irreal, o aumento do valor num único mês (considerado de 30 dias), seria de 16,2%, o que configuraria até usura.

Já o segundo erro, diz respeito à nova utilização da MESMA DATA na segunda parte do cálculo (20/05/2019), o que acarretaria dupla correção.

Ou seja, inicialmente, merece ser DESCONSIDERADO o valor acrescido nos cálculos da contadoria judicial, em sua primeira parte, no que tange aos juros de mora, na monta de R\$26,19 (vinte e seis reais e dezenove centavos).

Prosseguindo, é ainda simples a constatação de equívoco no cálculo ora impugnado, ao passo que o mesmo não observa a aplicação ISOLADA da Taxa SELIC, não podendo ser conjugada com qualquer outro índice de correção monetária e juros de mora, conforme perfeitamente explicado no acórdão.

Ocorre que o contador, além de utilizar a Taxa SELIC, conforme determinaram os julgados deste processo, faz incidir, também, juros de mora em separado, dando ensejo a um inquestionável *bis in idem*, haja vista a característica híbrida da aludida taxa referencial (SELIC), a qual conjuga quando aplicada, juros e correção.

Ainda que em sua planilha de débito o expert faça menção a “Juros moratórios (...) utilizando Selic”, fato é que incide a taxa referencial do período (20/05/2019 a 21/12/2021) em dois momentos distintos, duplicando-a de forma equivocada, pois repisa-se, na referida taxa já se conjuga correção monetária e juros, não podendo ser aplicada em duplicidade, como fez o contador. Assim, certo é que, ainda que aplicando a mesma taxa, ao fazê-lo duas vezes, o contador gerou um *bis in idem*, que não merece acolhimento, senão vejamos:

Correção Monetária			
Valores atualizados até 21/12/2021			
Indexador utilizado: Selic (cálculo simples)			
CONDENAÇÃO PELA SELIC A PARTIR DA CITACÃO			
20/05/2019	R\$ 4.875,30 x 10,8400%		R\$ 5.403,78
	Juros moratórios [de 20/05/2019 a 21/12/2021 utilizando Selic] = 10,84000%		R\$ 585,77
	Honorários (10,00%)		R\$ 598,96
	Subtotal		R\$ 6.588,51
DEPOSITO EFETUAD EM 21/12/2021			
21/12/2021	R\$ -5.894,15 x 0,0000%		R\$ -5.894,15
	Juros moratórios [] = 0,00000%		R\$ 0,00
	Honorários (10,00%)		R\$ 0,00
Resumo			
	Valores	Custas	Total
Valores atualizados	-490,37	0,00	-490,37
Juros Moratórios	585,77	0,00	585,77
Honorários	598,96	0,00	598,96
TOTAL	694,36	0,00	694,36

Desta forma, no destaque dado pelas duas setas no *print* acima, percebe-se a incidência da mesma taxa referencial em duplicidade. Ou seja, o contador do juízo não se atentou que a Taxa SELIC, pela característica de compilar correção monetária e juros, deve ser aplicada uma única vez. Portanto, utilizando-a duas vezes, além de desrespeitar os julgados do processo e a própria legislação em si, criou uma situação equivocada de dupla correção monetária e dupla incidência de juros.

Portanto, chegamos à invariável conclusão que o valor correto, utilizando-se corretamente a taxa referencial estipulada encontra-se na primeira parte do cálculo da contadoria, onde é apurado o montante de R\$5.403,78, o qual, somado aos honorários de sucumbência no patamar de 10%, perfazendo a cifra de R\$540,37, chegamos a um montante de R\$5.944,15 (Cinco mil, novecentos e quarenta e quatro e quinze centavos).

Contudo, ainda tal valor não é fidedigno, tendo em vista o primeiro erro apresentado (câmbio excessivo e aplicação da mesma data), gerando um efeito cascata de valores acima do devido, eivando o cálculo como um todo.

Diante do exposto, merece ser acolhido o requerimento da executada, no sentido de extinguir a execução nos termos do art. 924, II, CPC, primando pela celeridade judicial. Entretanto, caso seja diverso o entendimento desse d. juízo, faz-se requerimento subsidiário de nova remessa à contadoria para realização dos cálculos adequados, atentando-se em especial para NÃO utilização aplicação da taxa referencial em duplicidade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 2 de junho de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB